

QUEREMOS VALORIZAÇÃO

Não podemos mais esperar!



**CHEGOU A
NOSSA VEZ**

**Assembleia Geral
dos Municipários**

18/04

14h – no Centro de
Eventos do Parque
Harmonia.

- Plano de saúde já!
- Por isonomia salarial!
- Contra o autoritarismo!

▶ OPRESSÃO

Mobilização marca o Dia Internacional da Mulher

O dia 8 de março foi marcado por grandes mobilizações nas principais capitais do país. Em Porto Alegre, a mobilização foi retomada em 2012, quando sindicatos e grupos feministas organizaram, após um longo período sem mobilização, um ato classista e independente, recuperando a tradição de luta do Dia Internacional da Mulher. Neste ano, a mobilização envolveu aproximadamente 300 pessoas e contou com a participação de 20 entidades e grupos feministas.

A luta contra a violência machista foi a principal pauta da mobilização e a manifestação exigiu justiça para os casos de homicídio que envolveram duas municipais de Porto Alegre. As servidoras públicas, Márcia Calixto Carnetti e Janice Maria Laux, foram assassinadas em suas casas pelos próprios companheiros. Os casos ocorreram em 2012 e, até o momento, nenhum culpado foi condenado.

A denúncia da falta de verbas para a aplicação da Lei Maria da Penha, a luta por mais vagas nas creches e a equiparação salarial entre homens e mulheres foram amplamente debatidas entre as manifestantes e acompanhada pela população que circulava no Largo Glênio Peres, no centro da capital gaúcha. Um esquete teatral que denunciou a opressão machista e mostrou a necessidade da luta pela libertação da mulher encerrou o ato. Na mesma sema-

na, o GT de Combate à Opressão organizou na sede do Sindicato um cine debate sobre o tema.

Campanha preconceituosa no Dia Internacional da Mulher

No dia 6 de março, a prefeitura iniciou uma campanha virtual em alusão ao Dia Internacional da Mulher. A campanha gerou uma onda de protestos nas redes sociais e a prefeitura foi acusada de incentivar o preconceito e desqualificar o papel das mulheres na sociedade. O SIMPA, grupos feministas e ONGs denunciaram a falta de respeito da prefeitura com o dia de luta das mulheres, forçando o governo a remover a campanha das redes sociais.

▶ PLANO DE SAÚDE

Governo não efetivou o convênio com o IPE-Saúde

O projeto de lei que autoriza o convênio entre a prefeitura e o IPE foi aprovado no mês de fevereiro de 2011 na Câmara Municipal. Os municipais, após intensa mobilização, conquistaram que o governo e a Câmara Municipal aceitassem a proposta de inclusão – dos servidores ativos e inativos – no Instituto. Mas, infelizmente, o prefeito José Fortunati não conseguiu articular a aprovação junto ao IPE e seu Conselho Deliberativo e o convênio não saiu do papel.

O tema já foi objeto de debate na Comissão de Saúde e



FOTOS: Giovanni Mangia

Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, em setembro de 2012, onde o SIMPA participou para apresentar a proposta de convênio que os municipais construíram junto com a prefeitura e reafirmar o seu compromisso em defesa do IPE público, com atendimento de qualidade para todos. A proposta prevê um número potencial de adesões de 22 mil municipais, entre ativos e inativos, com a parcela de repasse de 8,9% do salário (4,45% descontado do servidor e 4,45% complementado pelo governo municipal).

▶ CAMPANHA SALARIAL

Valorizar os servidores é melhorar a cidade

O prefeito José Fortunati fez uma campanha eleitoral milionária defendendo que os serviços da prefeitura melhoraram nos últimos anos. Mas, nos últimos dias, o que se comprova é que o governo é incapaz de solucionar os problemas vivenciados diariamente pela população. A solução não é simples, mas, para resolver esses problemas, é necessário compromisso verdadeiro com a população e os trabalhadores e não com o setor empresarial.

Valorizar é a palavra-chave para quem almeja qualificar os serviços da prefeitura. Mas, infelizmente, o histórico do prefeito José Fortunati demonstra a opção pelo autoritarismo e de enfrentamento com os trabalhadores. Até o momento, o governo não atendeu as reivindicações dos municipais, que estão na mesa de negociação desde a campanha salarial de 2011. O resultado dessa política é que o salário dos servidores está defasado; o plano de carreira não avançou; o reajuste do vale alimentação não acom-

panhou a alta dos preços da refeição realizada fora de casa; o plano de saúde não saiu do papel, o processo de negociação das gratificações setoriais foi interrompido e ainda está em dívida com as progressões funcionais.

O autoritarismo do governo se expressa em várias secretarias e departamentos. Na SMED, a Gestão Democrática está sendo desmontada e a concentração de poder nas mãos da secretária é crescente. Na Saúde, o prefeito se negou a abonar os dias de greve e está operando uma reestruturação nas Unidades Básicas de Saúde sem nenhum diálogo com a categoria. Na FASC, o presidente da Fundação interrompeu a mesa de negociação e cancelou todas as reuniões. No DMAE, o diretor fixou o valor da parte variável da GDAE unilateralmente, sem discutir com a Comissão Paritária, prevista na legislação.

A campanha salarial 2013 está iniciando e chegou a nossa vez de mostrar a força dos municipais. Para isso, é necessário construir a unidade da categoria e defender uma pauta de

reivindicações unificada garantindo uma grande mobilização em defesa dos servidores e do serviço público. Chegou a nossa hora! Juntos, faremos uma grande campanha salarial. Participe das reuniões nos locais de trabalho e da assembleia geral dos municipais.

Governo continua descumprindo a lei do mínimo

O governo Fortunati segue descumprindo a lei de equiparação do salário básico dos padrões iniciais com o salário mínimo nacional. Até o momento, os servidores não receberam o reajuste do salário mínimo efetuado em janeiro/2013 pelo governo federal.

Recentemente, o governo foi obrigado a reconhecer a dívida com os trabalhadores e iniciou o pagamento do reajuste de 5,11% conquistado na campanha salarial de 2012.

Gratificação e isonomia para todos

O SIMPA defende, respaldado pelo III Congresso dos Municipais, a isonomia de gratificações para todos os trabalhadores da prefeitura. A resolução visa evitar que apenas uma parte da categoria seja reconhecida como essencial.

Os trabalhadores do DMAE conquistaram a gratificação de essencialidade e esse reconhecimento deve ser perseguido pelos trabalhadores das demais secretarias e autarquias. Mas, essa conquista, só será possível através de muita mobilização e organização da categoria nos locais de trabalho.

Veja como está a luta nas demais secretarias e autarquias:

MONITORAS/SMED – As monitoras estão lutando pela criação do cargo de educador da educação infantil e pela alteração do padrão 6 para 7. Em audiência com a SMED, a secretária apoiou a reivindicação e vai encaminhar o processo.

FASC – A proposta de gratificação já está elaborada e aprovada pelos trabalhadores. Mas, o presidente da Fundação, Kevin Krieger, cancelou todas as agendas e rompeu o diálogo com a categoria. Em assembleia geral, realizada no dia 22/03, os trabalhadores da FASC aprovaram intensificar a mobilização pela efetivação da Gratificação FASC (GFASC) e, em passeata, entregaram para o governo.

DMLU, DEMHAB e DEP – Após as reivindicações aprovadas em assembleia, foram criadas comissões paritárias, compostas pelas direções dos departamentos, associações (ASDMLU e ASED) e o SIMPA. As propostas resultantes do processo de discussão relativas ao DEMHAB e DMLU já foram encaminhadas ao governo, enquanto que a do DEP encontra-se em análise no Jurídico do Departamento, sendo posteriormente encaminhada ao governo.

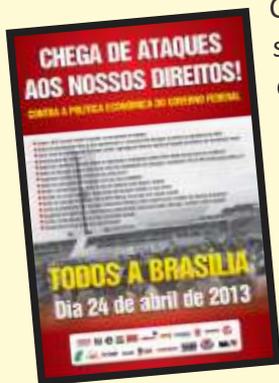
ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS – Desde a campanha salarial de 2012, os assistentes estão em luta pela troca de padrão, reivindicam a criação do padrão 8.

GUARDA MUNICIPAL – Reivindicam o cumprimento do acordo com o governo que estabelece a extensão da gratificação de risco de vida para todos os guardas municipais das autarquias.

▶ MOVIMENTO

Em abril, Sindicato participará de marcha em Brasília

O SIMPA participará, no dia 24 de abril, da marcha a Brasília em defesa dos direitos dos trabalhadores. A mobilização é organizada pela CSP-Conlutas, CUT Pode Mais, CNTA, Cobap, Condsef, CPERS, Inter-sindical e entidades nacionais e sindicatos locais.



A mobilização é contra o ACE (Acordo Coletivo Especial), a precarização no trabalho, pelo fim do fator previdenciário, pela anulação da reforma da previdência de 2003, em defesa da aposentadoria e da previdência pública e outras reivindicações.

▶ GUARDA MUNICIPAL

Servidores da Guarda repudiam decisão arbitrária do secretário José Freitas

No final de 2012, os guardas Municipais obtiveram uma grande vitória ao garantir que a indicação de seu comandante fosse realizada entre os servidores do quadro e não através da indicação de um CC, como desejava o governo. A partir desta vitória, a categoria exigiu ao novo secretário o debate sobre os critérios democráticos para indicação do comandante. No primeiro momento, o secretário mostrou-se aberto ao diálogo, mas, posteriormente, assumiu para si a indicação, desconsiderando a discussão de critérios ou indicações formuladas pela categoria.

A postura do secretário demonstra o seu viés autoritário, que mantém as velhas atitudes conhecidas por todos nós, seja pela forma como conduziu as negociações com a categoria ou pelo desrespeito que demonstrou ao menosprezar a nossa capacidade de mobilização e com os colegas que se colocaram para contribuir com a nova concepção da Guarda no município. A categoria deve estar atenta e mobilizada para garantir o avanço de suas pautas e que as próximas indicações sejam precedidas de um amplo debate democrático para a definição dos critérios.

▶ SAÚDE

Estratégia de Saúde da Família: Expansão ou simples conversão?

Está em andamento, desde o ano passado, o projeto do governo municipal/SMS intitulado "A Expansão da Estratégia de Saúde da Família no município de Porto Alegre". A implementação deste projeto se dá, basicamente, através da simples conversão das atuais Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Unidades de Saúde Família (USF), sem considerar as diretrizes apontadas nas resoluções do Conselho Municipal de Saúde (CMS), os vazios assistenciais existentes no município, o número de equipes necessárias para atender esses vazios. Além disso, a contratação dos funcionários será pelo regime celetista através do Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família (IMESF).

O SIMPA defende como condição imprescindível para a expansão da Estratégia de Saúde da Família (ESF) a necessidade da existência de um plano municipal de saúde que inclua um plano detalhado da Atenção Primária à Saúde (APS) e, também, que a contratação para compor as equipes da ESF seja através de concurso público para cargos estatutários, vetando-se as terceirizações e privatizações na saúde contidas no IMESF.

A resolução aprovada no CMS em plenária no dia 21/03/13, ao mesmo tempo em que não condiciona a existência do plano municipal da APS, avança quanto ao regime jurídico de contratação, pois em seu artigo segundo, define que as contratações devem ser via concurso público e veta a utilização do IMESF para este fim.

FILIE-SE AO SIMPA preencha a ficha abaixoNome: Endereço: Matrícula: () Ativo () Aposentado () Secretaria: Local de trabalho (escola, setor...): Padrão - Letra: N° Cargo: Salário básico: R\$ Data de ingresso no Sindicato: / / Fone comercial: Fone residencial/celular: Assinatura _____E-mail: Apresentado por: